

Prefácio

O tema deste livro é a coisa talvez mais importante que alguma vez aconteceu na história humana. Acredite-se ou não — e sei que a maior parte das pessoas não acredita —, a violência tem vindo a declinar por longos períodos de tempo e é possível que estejamos hoje a viver a era mais pacífica da nossa existência. O declínio da violência não tem sido, sem dúvida, regular; não reduziu a violência a zero, e a sua continuidade não está automaticamente garantida. Mas é uma evolução incontestável, visível quando consideramos os milénios e os anos que passam, das formas de guerra às punições aplicadas às crianças.

Não há aspeto da vida que o recuo da violência não marque. A existência quotidiana torna-se muito diferente quando deixamos de recear os sequestros, as violações ou o homicídio, do mesmo modo que é difícil que se desenvolvam as artes, o conhecimento ou o comércio quando as instituições que os suportam são devastadas e queimadas quase ao mesmo tempo que construídas.

A trajetória histórica da violência afeta não só a maneira como vivemos a vida, mas também a maneira como a compreendemos. Que poderá ser mais importante no que se refere aos nossos projetos e ao seu sentido do que decidirmos se os esforços da espécie humana, numa perspetiva temporal ampla, têm por resultado deixar-nos melhores ou piores do que antes? Trata-se de saber, concretamente, como interpretaremos a *modernidade* — a erosão da família, da tribo, da tradição e da religião perante as forças do individualismo, do cosmopolitismo, da razão e da ciência. A resposta depende em grande medida dos termos em que interpretarmos o legado da evolução em causa, conforme vejamos o nosso mundo como um pesadelo de crime, terrorismo, genocídio e guerra, ou como estando a viver uma época que, em termos históricos comparados, conhece a bênção de um grau sem precedentes de coexistência pacífica.

O modo como respondemos à questão de saber se a violência tende a aumentar ou a diminuir tem igualmente consequências para a nossa conce-

ção da natureza humana. Embora as teorias da natureza humana baseadas na biologia sejam muitas vezes associadas a uma atitude fatalista em relação à violência, ao mesmo tempo que a teoria que vê a mente como uma tábua rasa é associada a uma atitude otimista em matéria de progresso, creio que a realidade é diferente. Como devemos conceber o estado natural da vida no momento em que a nossa espécie emergiu e os processos históricos tiveram início? A ideia de que a violência aumentou sugere que o mundo que criámos nos contaminou, em termos talvez irremediáveis. A ideia de que diminuiu sugere que começámos em condições más e que os artifícios da civilização nos orientaram numa direção nobre, na qual podemos esperar persistir.

O presente livro é uma obra volumosa, mas não podia deixar de sê-lo. Para começar, tenho de demonstrar ao leitor que a violência decresceu de facto no curso da história, sabendo embora que se trata de uma ideia que, por si só, convida ao ceticismo, à incredulidade e, por vezes, a uma rejeição furiosa. As nossas faculdades cognitivas predis põem-nos a acreditar que vivemos tempos violentos, sobretudo quando são alimentadas por meios de comunicação que têm por mote: «Se há sangue, há notícia.» A mente humana tende a calcular a probabilidade de um facto de acordo com a facilidade com que pode recordar exemplos de factos semelhantes, e é mais provável que vejamos em casa e despertemos na nossa memória cenas de carnificina do que a imagem de pessoas que morrem de velhas¹. Por mais reduzida que seja a percentagem de mortes violentas, estas serão sempre suficientes, em números absolutos, para encher o noticiário da noite, o que faz com que as impressões que temos sobre a violência não reflitam as suas proporções reais.

O nosso sentimento de ameaça é também distorcido pela nossa psicologia moral. Nunca se viu ninguém recrutar ativistas para uma causa anunciando que as coisas estão a melhorar e os portadores de boas notícias são muitas vezes intimidados a permanecer calados para não incitarem as pessoas à resignação. Da mesma maneira, uma ampla faixa da nossa cultura intelectual tem repugnância em admitir que possa haver alguma coisa de bom na civilização, na modernidade e na sociedade ocidental. Mas talvez a principal causa da ilusão de uma violência inextirpável tenha origem numa das principais forças que conduziu à redução da violência. Paralelamente ao declínio do comportamento violento assistimos também ao declínio das atitudes que toleram ou glorificam a violência e, com efeito, as atitudes são muitas vezes determinantes. Tomando por termo de comparação as atrocidades de massa da história passada da humanidade, a injeção letal aplicada a um homicida no Texas, ou um ocasional crime motivado pelo ódio, que faz com que o membro de uma minoria étnica seja tomado por alvo por um bando de arruaceiros, parecem de pouco alcance. Mas do ponto de vista contemporâneo, consideramos estar perante um sinal da inferioridade que

os nossos atos podem assumir, mais do que perante uma prova de que o nosso grau de exigência se tornou hoje maior.

Desafiando estas concepções, terei de persuadir o leitor recorrendo à linguagem dos números — números extraídos de bases de dados e apresentados sob a forma de gráficos. Em todos os casos, explico a origem dos números e tento justificar cuidadosamente a sua interpretação. O problema que me propus esclarecer é o da redução da violência a múltiplos níveis: na família, nas relações de vizinhança, entre tribos e outras fações armadas, bem como entre as nações e os Estados de uma ordem maior de grandeza. Se a história da violência a cada um destes níveis particulares tivesse uma trajetória idiossincrática, cada um deles teria de ser objeto de um livro à parte. Mas, para minha recorrente surpresa, as tendências globais em quase todos eles, considerados do ponto de vista do presente, indicam um declínio da violência. O que exige que sejam documentadas as várias tendências convergentes entre os vários níveis e investigados os seus traços comuns, do mesmo modo que o como e o porquê da sua convergência.

Espero poder mostrar aos leitores que descobrimos que as tendências convergentes são, entre os vários níveis, demasiado numerosas para podermos considerá-las como simples coincidências e que estamos, portanto, perante um facto que requer explicação. É natural que nos inclinemos a descrever a história da violência como uma saga moral — uma heroica batalha da justiça contra o mal —, mas não será esse o meu ponto de partida. Adotei uma abordagem científica em sentido lato, buscando uma explicação que mostre o porquê dos factos observados. Podemos descobrir que um avanço concreto dos comportamentos pacíficos resultou de iniciativas dos ativistas de movimentos moralizadores. Mas podemos descobrir também que a explicação é mais prosaica — da ordem de uma transformação ocorrida ao nível da técnica, do governo, do comércio ou do conhecimento. Do mesmo modo, não podemos explicar o declínio da violência como a ação imparável de uma força de progresso que nos estaria a conduzir rumo a um ponto ómega de paz perfeita. Na realidade, estamos perante um conjunto de tendências estatísticas que se manifesta no comportamento de grupos humanos de várias épocas, o que requer uma explicação em termos psicológicos e históricos, dando conta do modo de funcionamento das mentes humanas sob condições que se transformam.

Uma grande parte deste livro ocupa-se da psicologia da violência e da não-violência. A teoria da mente que adotarei é uma síntese das ciências cognitivas, das neurociências afetivas e cognitivas, da psicologia social e evolutiva e das outras ciências da natureza humana que explorei em *How the Mind Works*, *The Blank Slate* e *The Stuff of Thought*. Nos termos desta abordagem, a mente é um sistema complexo de faculdades cognitivas e emocionais em funcionamento no cérebro que devem o seu *design* funda-

mental aos processos de evolução. Algumas de tais faculdades inclinam-nos a várias espécies de violência. Outras — «os anjos bons da nossa natureza», para usarmos as palavras de Abraham Lincoln — inclinam-nos à cooperação e à paz. Explicar o declínio da violência é identificar as transformações que, no nosso meio cultural e material, conferiram a supremacia às nossas motivações pacíficas.

Por fim, era necessário mostrar como a nossa história mobilizou a nossa psicologia. Nos assuntos humanos, tudo está ligado a tudo o resto — o que é especialmente verdade no caso da violência. Ao longo do tempo e no espaço, as sociedades mais pacíficas tendem também a ser as mais ricas, as mais saudáveis, as mais educadas, as melhor governadas, as que mais respeitam as mulheres e as mais propensas às atividades comerciais. Não é fácil dizer qual destes felizes elementos iniciou o círculo virtuoso e quais os que o seguiram e torna-se tentador resignarmos-nos a afirmações circulares insatisfatórias, como a que diz, por exemplo, que a violência declinou porque a cultura se tornou menos violenta. Os cientistas sociais distinguem variáveis «endógenas» — as que são internas ao sistema, dentro do qual podem ser afetadas pelos próprios fenômenos que tentam explicar — e as variáveis «exógenas» — as que são postas em movimento por forças externas. As forças exógenas podem ter origem no domínio prático, como nos casos das transformações tecnológicas e demográficas, ou das que se verificam nos mecanismos do comércio e do governo. Mas podem ter também origem no domínio intelectual, à medida que são concebidas novas ideias que se disseminam e adquirem uma vida própria. A explicação mais satisfatória de uma transformação histórica é a que identifica um fator exógeno. Na medida em que os dados o permitam, tentarei identificar as forças exógenas que mobilizaram as nossas faculdades mentais de diferentes modos em tempos diferentes e que, por conseguinte, podemos dizer que foram causas do declínio da violência.

As análises que procuram fazer jus a estas questões tiveram por resultado um trabalho volumoso, suficientemente volumoso para não estragar a história através da previsão dos seus resultados principais. *Os Anjos Bons da Nossa Natureza* descreve seis tendências, cinco demônios íntimos, quatro anjos bons e cinco forças históricas.

Seis tendências (capítulos 2-7). A fim de conferir alguma coerência aos múltiplos desenvolvimentos que levaram ao recuo da violência na nossa espécie, agrupei-os em seis tendências principais.

A primeira, que se manifesta a uma escala milenar, foi a transição das sociedades baseadas na caça, na coleta e na horticultura, que representam a maior parte da nossa história evolutiva, para as primeiras civilizações agrárias com as suas cidades e governos, processo que teve início há cerca

de cinco mil anos. Esta transformação acarretou uma redução das razias e vindictas crônicas que caracterizavam a vida num estado de natureza e a diminuição para um número aproximadamente cinco vezes menor das mortes violentas. A esta imposição da paz, chamei o Processo de Pacificação.

A segunda transição decorreu ao longo de mais de um meio milénio e é na Europa que se encontra melhor documentada. Entre a Idade Média tardia e o século xx, a taxa de homicídios tornar-se-ia entre dez e quinze vezes mais baixa. No seu livro clássico *O Processo Civilizacional*, o sociólogo Norbert Elias atribuiu este surpreendente declínio à consolidação que transformou a anterior manta de retalhos de territórios feudais em grandes reinos, caracterizados pela existência de uma autoridade centralizada e a presença de uma infraestrutura de relações comerciais. Em homenagem a Elias, chamei a esta tendência Processo Civilizacional.

A terceira tendência desenvolveu-se a uma escala de séculos e afirmou-se na época da Idade da Razão e das Luzes na Europa, ao longo dos séculos xvii e xviii (embora tenha tido antecedentes na Grécia Clássica e no Renascimento e sido acompanhado por desenvolvimentos paralelos noutras partes do mundo). É o período que vê os primeiros movimentos organizados visando abolir formas socialmente sancionadas de violência, como o despotismo, a escravatura, a tortura judicial, as chacinas supersticiosas, os castigos sádicos e os maus-tratos infligidos aos animais, ao mesmo tempo que testemunha as primeiras expressões de pacifismo sistemático. Os historiadores chamam, por vezes, Revolução Humanitária a esta transição.

A quarta transição maior teve lugar após a Segunda Guerra Mundial. Os três quartos de século decorridos desde então assistiram a um desenvolvimento historicamente sem precedentes: as grandes potências e a generalidade dos Estados desenvolvidos deixaram de travar guerras uns com os outros. A este abençoado estado de coisas, os historiadores deram o nome de Longa Paz².

A quinta tendência refere-se também ao combate armado, mas é mais subtil. Embora os consumidores de notícias possam ter dificuldade em acreditar, a verdade é que, desde o fim da Guerra Fria, em 1989, os conflitos organizados de toda a espécie — guerras civis, genocídios, exercício da repressão por governos autocráticos e ataques terroristas — têm vindo a declinar à escala mundial. Reconhecendo a natureza incipiente deste promissor desenvolvimento, chamar-lhe-ei aqui Nova Paz.

Por fim, a época do pós-guerra, simbolicamente inaugurada, em 1948, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, testemunhou uma rejeição crescente da agressão a níveis mais restritos — a violência contra as minorias étnicas, as mulheres, as crianças, os homossexuais e os animais. Estes efeitos derivados da ideia de direitos humanos — direitos civis, direitos das mulheres, direitos das crianças, direitos dos homossexuais e di-